

INOCÊNCIO OLIVEIRA

Economia - Brasil

● Deputado federal (PFL-PE)

Liberalização e desregulamentação da economia nacional

Dentro do programa do PFL, o processo de liberalização e desregulamentação da economia é um dos objetivos mais imediatos na ação de apoio ao Governo do presidente Fernando Henrique. Esse processo vem-se traduzindo, nos últimos três anos, no País, pela progressiva ausência do controle de preços no mercado interno. Em nível externo, pela redução gradativa das tarifas de importação.

A partir da década de 80, é bom que se faça o registro, as tarifas aduaneiras vêm caindo de modo a garantir a inserção progressiva do Brasil nos mercados globais dentro da máxima clássica de que o comércio "é uma estrada de dupla via".

Em 1983, as alíquotas máximas de importação atingiam 105%.

Em 1994, já tinham baixado para 40%, com uma alíquota média de 11,3%.

Em 1995, 1996 e 1997, a alíquota máxima de 40% manteve-se, com medidas, respectivamente, de 12,6% (1995), 11,2% (1996) e ainda 11,2% (1997).

Essa redução de tarifas, em alguns casos sem contrapartida de muitos dos nossos parceiros internacionais de comércio contribuiu para melhorar o clima de investimentos no País e vem restaurando a confiança de investidores internacionais. Não me refiro aos capitais especulativos que entram (e saem) nas Bolsas de Valores, mas aqueles investimentos de média e longa maturação que vem para o Brasil criar renda e empregos, com a instalação de novas indústrias ou a ampliação das já existentes.

Dados estatísticos mostram o comportamento recente do investimento internacional como resultado do programa de estabilização econômica apoiado em três âncoras: a fiscal, a monetária e a cambial. E a competência do atual governo pode ser medida também pelo apoio internacional às medidas internas de ajuste

após a crise cambial e financeira recente dos chamados "Tigres Asiáticos".

Leitura do panorama de investimentos estrangeiros no Brasil mostra quais os nossos principais parceiros e seu nível de participação nos capitais aqui investidos.

Origem dos investimentos estrangeiros: % de participação/1997

EUA	61,5
Espanha	16,0
Chile	7,6
França	4,8
Portugal	1,6
Canadá	1,5
Itália	1,0
Alemanha	0,6
Outros	5,6
Total	100,0

Fontes: CNI e BNDES

Esses investimentos têm se dirigido para setores da produção que requerem alto nível tecnológico e, em consequência, representam uma notável contribuição para o posicionamento do Brasil no conjunto das 10 maiores economias desenvolvidas do mundo, criando, aqui, novos núcleos de formação profissional e técnica e ampliando as ofertas de emprego. Veja-se o direcionamento desses investimentos, na sua previsão para o período 1997-2000:

Extração

de minerais	
são metálicos	3,7%
Alimentos e bebidas	4,8%
Produtos químicos	20,6%
Equipamento de escritório e informática	10,5%
Materiais eletrônicos de comunicação	32,4%
Outros	22,9%
Total	100,0%

A previsão da Secretaria de Política Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio, é de que o volume de investimentos diretos venha a atingir, no período de 1997 a 2000

mais de US\$ 34 bilhões.

É com satisfação que constatamos, nós do PFL, o sucesso do Programa de Estabilização pós-94, sendo revelador que, em 1998, cerca de 93% do entrevistados, em pesquisa realizada pela Price Waterhouse, nos EUA, apontam o Brasil "como a localização mais atrativa, no mercado, para investimentos internacionais".

Na mesma pesquisa, 62% dos entrevistados indicam as atuais condições econômicas do País – estabilidade da moeda, baixas tarifas de importação, vantagens locacionais e apoio oficial dos governos (União, Estados, Municípios) como determinantes dessa preferência.

Temos que ir mais longe na desregulamentação dos setores econômicos para reduzir, em níveis internacionalmente competitivos, o "custo Brasil". Em período recente, já se conseguiu um elenco apreciável de medidas práticas tais como a eliminação do ICMS sobre produtos primários e semi-elaborados; a desoneração do PIS, Pasep e Cofins incidentes sobre insumos utilizados em produtos exportados; a modernização da gestão da mão-de-obra portuária e a racionalização das taxas e tarifas portuárias; a simplificação do regime tributário das micro e pequenas empresas; a flexibilização do monopólio estatal nos setores de petróleo, telecomunicações e navegação de cabotagem; a aprovação da lei de concessão de serviços e obras públicas. Foram iniciativas aprovadas pelo Poder Legislativo.

Falta, entretanto, muito mais para que o Brasil crie um Estado moderno e enfrente os desafios do próximo milênio. E as reformas administrativa, da Previdência Social e fiscal certamente completarão essa moldura de modernidade para o Brasil do ano 2000, com uma face mais humana, porque socialmente mais justa.